

Bioética: E agora, o que fazer?

Bioethics: What are we to do now?

Bioética: ¿que hacer ahora?

William Saad Hossne*
(coordenador)

SITUAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Bioética do Centro Universitário São Camilo realiza periodicamente um simpósio sobre "Tópicos Avançados em Bioética", do qual participam docentes e discentes do Programa. Os tópicos (temas) são propostos por docentes ou discentes ficando a exposição a cargo de um docente, seguido de discurso por parte de todos os participantes. No último simpósio, realizado em 25 de março de 2006, o tópico foi apresentado em forma de indagação: "Quem seria melhor bioeticista: Kant ou Spinoza?"

A dinâmica do simpósio obedeceu ao seguinte esquema: 1-objetivando ser fator instigante, o coordenador apresentou curto trecho, sob forma de carta, que teria sido enviada por Kant e Spinoza; 2-conferência de fundo por parte do Prof. Franklin Leopoldo e Silva; 3-Cartas escritas por alunos da Pós-Graduação para "serem enviadas a Kant ou Spinoza". Segue-se a publicação do conjunto.

Prof. Dr. William Saad Hossne
Coordenador do Curso de Mestrado em Bioética

A CARTA DE IMMANUEL E BENEDITO

Prezado Senhor Coordenador da Pós-Graduação em Bioética, Nós, Immanuel e Benedito, somos duas almas que, apesar da passagem do tempo, não perdemos o hábito ou o vício de pensar e nem, em consequência, o vício da dialética.

Acabamos de tomar ciência de que um mero "aprendiz de feiticeiro" em termos de filosofia propôs para análise a seguinte questão: "Quem seria melhor bioeticista: Kant ou Spinoza?"

Aqui em nosso recanto (que vocês todos um dia irão conhecer) discutíamos outro dia a ousadia dessa proposta, e buscávamos inutilmente explicação para tamanha petulância do proponente quando, às nossas costas, um grupo de psicólogas recém-chegadas ao nosso recanto bradou: "No Brasil, de onde viemos, quando não temos explicação clara para qualquer coisa, fazemos ar de inteligentes e dizemos: 'Freud explica'. Adotem esta máxima e parem de se preocupar".

Ficamos surpresos com o fato, e mais surpresos quando Freud retrucou: "Sempre eu, sempre eu, tudo eu?".

Não adotamos a máxima que nos foi apresentada porque, embora tenhamos certas divergências, sofremos os dois forte influência do empirismo e do racionalismo, seja de Descartes, seja de Isaac Newton, e por isso não estamos acostumados a adotar chistes como máximas.

Mas vamos ao que importa: nós dois, Immanuel e Benedito julgamos ter o direito de manifestação sobre a proposta apresentada para discussão: quem seria melhor bioeticista?

Passamos a seu conhecimento a manifestação de cada um de nós.

Benedito — Pois é, prezado senhor coordenador. Teria muita curiosidade em saber como o senhor Immanuel, aqui a meu lado, se comportaria como bioeticista. Tenho minhas dúvidas, pois não foi ele que estabeleceu os chamados "imperativos" na ética e, em certo momento de sua vida, reconheceu ser ele muito dogmático? Teria ele o perfil para a bioética?

Immanuel — É verdade o que disse o senhor Benedito, mas ele esqueceu de dizer que eu mesmo disse "despertei de meu sonho dogmático", ao conhecer o empirismo de David Hume. É verdade também que estabeleci imperativos, não com o sentido que o senhor Benedito insinua, isto é, que os imperativos seriam ordens militares.

Além do mais fiz distinção entre imperativo categórico e imperativo hipotético.

Eu também fiz duas afirmações que os bioeticistas repetem, a saber: a) autonomia implica em liberdade; b) o homem é sempre fim em si mesmo.

* Médico. Professor Emérito da Faculdade de Medicina da Universidade Estadual Paulista — UNESP, Botucatu, São Paulo. Presidente da Comissão Nacional de Ética da Pesquisa em seres humanos — CONEP — Conselho Nacional da Saúde/Ministério da Saúde, Brasília. Membro do Comitê Internacional de Bioética da UNESCO. Membro do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Coordenador do Curso de Mestrado em Bioética do Centro Universitário São Camilo

Agora, o senhor Benedito, que eu respeito como pensador e como pessoa mais velha que eu, pretendeu explicar, ao menos no título, sua obra fundamental de ética, de forma, digamos, “rígida”. O título é “Ética demonstrada segundo a ordem geométrica”.

Assim, eu também estaria curioso em saber se ele teria suficiente “flexibilidade” para o “pluralismo”, que vocês apreçoam como essencial para a bioética. Bioética geométrica?

Benedito — Só quero lembrar que a disciplina rígida do senhor Immanuel era motivo de pilheria por parte do povo de Königsberg, que diziam acertar os ponteiros dos relógios pelo horário de sua caminhada diária.

Um pouco da fala do senhor Immanuel a meu respeito se deve à influência de Hume, que não gostava de mim, a ponto de sempre se referir às minhas idéias como às “horrendas hipóteses” do senhor Benedito.

Desejo lembrar que sempre lutei pela liberdade, outra bandeira da bioética, a ponto de ser expulso da sinagoga.

Reconheço que na política tive simpatia por Hobbes, mas consegui a simpatia de Goethe, de Einstein e de muitos outros intelectuais.

Prezado senhor coordenador, interrompemos nossa missiva, pois há um “maluco” genial perto de nós, fazendo gestos, falando alto, fazendo gozações e que a toda hora repete: “A solução é o super-homem”, “assim falou Zaratrústa”.

Nesta balbúrdia não há condições para prosseguirmos. Desejamos porém dizer que só não protestamos contra a petulante questão apresentada pelo senhor, por duas razões:

- 1) Estamos curiosos em conhecer o final da discussão;
- 2) e, mais importante: confiamos no saber filosófico e ético do ilustre convidado: Prof. Franklin Leopoldo e Silva.

*Immanuel Kant
Baruch Spinoza*

(texto preparado pelo Prof. Dr. William Saad Hossne)

SPINOZA OU KANT?

Em primeiro lugar, é preciso afirmar algo como uma finalidade ética na filosofia de Spinoza. Embora possa a princípio parecer estranho atribuir *finalidade* ao pensamento de um filósofo que recusou com firmeza essa categoria tradicional, devemos lembrar que o propósito de Spinoza é livrar os homens das cadeias da imaginação, que os prendem e os impedem de ver a totalidade e, assim chegar à verdade. Talvez se possa considerar também um paradoxo que essa libertação de uma vida imaginária tenha como resultado não a exaltação da liberdade, mas sim a afirmação da mais absoluta *necessidade*, que é o centro do sistema de Spinoza.

A originalidade de Spinoza pode ser vista de modo simplificado através da comparação entre dois termos do vocabulário filosófico: *transcendência* e *imanência*. Transcendência implica ver a realidade sob o signo da separação, da divisão e da hierarquização. Quando se afirma duas realidades, hierarquicamente organizadas, em que uma, mais elevada, representa a verdade absoluta, e a outra, mais imediata, é considerada o domínio da verdade relativa, ou mesmo da aparência de verdade e de reali-

dade, estamos falando de transcendência: a verdade absoluta transcende a verdade relativa ou a aparência transcende a essência. E o conhecimento deve proceder segundo essa transcendência, isto é, deve realizar um movimento de superação da verdade relativa na direção da verdade absoluta. Ou deve transcender a aparência (o particular, o contingente, o empírico) para encontrar a essência (o geral, o necessário, a idéia). *Imanência* significa, pelo contrário, a ausência dessa dualidade: haveria uma só realidade (verdadeira) e suas diferentes dimensões estariam em continuidade, formando uma só totalidade. A filosofia de Platão é caracterizada pela transcendência (o mundo das aparências e o mundo das idéias, a opinião e o conhecimento verdadeiro). As filosofias cristãs que consideram como verdade suprema um Deus criador também seguem o esquema da transcendência (criador e criatura).

A filosofia de Spinoza é talvez o maior exemplo de imanência. Existe uma única substância, Deus, que se expressa em atributos (pensamento e extensão/ matéria e mente) e em modos (particularização dos atributos, como pensamento humano e corpos materiais) e tudo isto constitui uma única totalidade. Não há um Deus criador separado de suas criaturas, mantendo com elas relações extrínsecas. Pensamento e extensão (espírito e matéria) não são realidades opostas, mas diferentes expressões da mesma e única realidade: por exemplo, Deus é tanto pensamento quanto extensão. Todas as coisas, todos os pensamentos humanos, todas as ações fazem parte dessa totalidade, são produzidas por ela e dela procedem num regime de absoluta necessidade. No ser humano, corpo e mente não são realidades opostas, mas paralelas, vinculadas aos atributos divinos, dos quais são modos e, portanto, vinculadas a Deus, única realidade. A realidade é una, embora com diferentes expressões.

Com isso são eliminados todos os dualismos engendrados na tradição: Deus/mundo; espírito/matéria; alma/corpo; criador/criatura; paixão/ação etc. Mas o que interessa particularmente do ponto de vista ético é a eliminação da oposição entre a contingência e a necessidade. Se contingente significa o que existe, mas que também poderia não existir, ou seja, existe por acaso ou por vontade de alguém, então a afirmação de uma única realidade e a procedência necessária de todo os seus aspectos elimina a contingência. Daí Spinoza dizer que chamamos de contingente aquilo cujas causas não conhecemos, isto é, a contingência é apenas a limitação do conhecimento. Isso é importante porque desde Aristóteles a moralidade estava vinculada à escolha que a vontade humana pode fazer entre as coisas contingentes no universo da prática. As práticas humanas são contingentes (a moral não pode ser ciência) porque os atos humanos são decididos pela liberdade da vontade. Fazer ou não fazer; fazer isto ou aquilo.

No universo de Spinoza não pode haver lugar para a liberdade. Tal como no caso da contingência, julgamos que uma ação é livre quando desconhecemos as suas causas. Ora, o conhecimento perfeito consiste em saber o nexos das causas e a procedência divina de todas as coisas, acontecimentos e ações. Porque nada pode escapar à necessidade presente na totalidade que é Deus como substância única. Essa concepção parece eliminar toda moralidade. E, com efeito, Spinoza, avesso aos dualismos, não pode aceitar as oposições éticas, notadamente Bem—Mal. O que existe é uma produção necessária de realidade a partir da causa única, Deus, inseparável de seus efeitos. Como Deus é simplesmente toda a realida-

de e não um ser supremo dotado de personalidade e separado do mundo, ele não é juiz moral que dite leis e distribua punições e recompensas. Tudo isso é imaginação e conhecimento imperfeito — ou superstição.

No entanto, os seres humanos, enquanto modos de ser da substância única, estão submetidos a uma lei universal imanente a tudo que existe: *todo ente tende a perseverar no seu ser*. Essa tendência ou potência de ser é denominada *conatus* (força, aproximadamente), que se exprime em pensamentos (idéias) e apetites (o que chamamos paixões). Tudo aquilo que favorece a tendência ou potência de ser consideramos como prazer, e designamos como bem; o contrário disso interpretamos como dor e designamos como mal. Essa é a origem das distinções morais. Mas nada disso existe absolutamente fora da totalidade e da procedência única. As paixões, por exemplo, fazem parte dessa totalidade; devemos conhecê-las e não julgá-las como aceitáveis ou inaceitáveis.

No que diz respeito à conduta, o conhecimento da totalidade e da procedência única e necessária dos comportamentos humanos tem conseqüências éticas. Por exemplo, esse conhecimento elimina a culpa e o remorso pelas nossas próprias ações; e elimina o ódio que podemos sentir em relação ao outro quando desconhecemos a necessidade das suas ações. Como culpa e ódio são paixões tristes, o fato de não senti-las nos predispõe à felicidade, que é o cultivo de paixões alegres, como o amor. Como isso deriva do conhecimento, a ética de Spinoza pode ser considerada rigorosamente intelectualista. Até mesmo o amor de Deus é fruto do conhecimento. O que se deve notar, no entanto, é que a consideração da necessidade que preside a todas as condutas leva, ou deveria levar, à *tolerância*, que Spinoza considera a atitude mais elevada de que o homem é capaz. Isso se reflete na política, em que Spinoza considera que, embora a sociedade e o Estado sejam criações artificiais de caráter prático e utilitário, existem direitos humanos inalienáveis que, se ignorados, impedem que o homem seja humano. A sociedade e o Estado não podem violar esses direitos.

II

É interessante notar que o exame que Kant fez da razão teórica, ou do entendimento que produz conhecimento objetivo, também o levou a negar a liberdade. Pois a verdade teórica (a objetividade científica) é vinculada à absoluta necessidade, sem a qual a ciência não conheceria os fenômenos segundo uma ordem constante e segundo leis que expressam a regularidade universal, sempre nos limites da *experiência possível*, em que as condições de possibilidade do conhecimento constituem os *fenômenos*. A razão pura é considerada como o quadro categorial dessas possibilidades. Só que em Kant também existe uma preocupação ética que se pode dizer dominante: o próprio filósofo, depois de operar a divisão entre Razão Pura e Razão Prática, afirma a prioridade desta última, já que é por ela que se constituem os fins que devem orientar a vida humana.

Quando ultrapassamos os limites da experiência possível constituída pelos dados sensíveis e pelas categorias do entendimento, não há mais possibilidade de conhecimento objetivo, isto é, de racionalidade teórica (científica). As questões colocadas de modo racional, mas não objetivo, permanecem indecidíveis — e esta é a situação de todos os problemas metafísicos, que para Kant não são susceptíveis de solução teórica. Dentre

estes, o que nos interessa particularmente é o problema da liberdade ou da necessidade. Consiste em perguntar se a totalidade do universo é governada pelo encadeamento necessário de causas e efeitos, condição e condicionado, ou se seria possível detectar no início do processo uma causa livre ou uma condição incondicionada, a partir da qual tudo derivasse. Como se vê, trata-se de um problema metafísico porque diz respeito à totalidade, e não apenas à experiência limitada dos fenômenos que é o campo da ciência.

Esse problema constitui uma das *antinomias da razão*, que é a forma como Kant denomina a possibilidade de oferecer para a questão colocada duas soluções logicamente coerentes, isto é, argumentos formalmente corretos, sem que, no entanto haja possibilidade de se optar por uma delas como solução teórica ou científica, devido à impossibilidade de se demonstrar qualquer uma das duas. O filósofo idealista, por exemplo, defenderá a existência de uma causa primeira e livre como princípio de toda a série causal; o empirista argumentará que a afirmação de uma causa livre, isto é, não causada, constitui uma violência ao próprio princípio de causalidade como condição de realidade e de conhecimento. O caráter antinômico da questão é que faz com que as duas posições permaneçam frente à frente, e o problema siga sem solução.

Entretanto, se observarmos os dois argumentos perceberemos, segundo Kant, que o empirismo está mais de acordo com a contínua elucidação da experiência causal que constitui a tarefa da ciência enquanto constante busca de conexões reais; o idealista postula desde logo a possibilidade de realizar uma primeira ligação causal, entre uma primeira causa (livre) e um primeiro efeito. Observe-se que o empirista não é menos metafísico que o idealista, na medida em que afirma, para além da experiência, a impossibilidade da primeira causa. Ora, assim como o argumento empirista está mais de acordo com a necessidade causal afirmada pela ciência, o argumento idealista está mais de acordo com o postulado da liberdade, requisito da moralidade. Como as duas afirmações são dotadas de coerência racional, e como nenhuma das duas pode ser provada objetivamente, nada me impede, segundo Kant, de tomar a tese idealista, fora do contexto teórico, e adotá-la no terreno da razão prática — ou da ética.

Assim fazendo, abro a possibilidade *prática* de afirmar a liberdade do sujeito moral como primeira causa (livre) ou como condição incondicionada. E cumpro, com isso, o requisito da vida moral que é a liberdade do agente moral. Posso fazê-lo porque o campo da razão prática, em que ocorrem os juízos éticos, é distinto do campo da razão teórica, em que ocorrem os enunciados objetivos ou científicos. Trata-se de dois usos da razão, diferentes, separados e sem possibilidade de ligação entre eles, mas igualmente legítimos desde que cada um permaneça na sua esfera. O sujeito moral não é, portanto, o sujeito empírico e por isso não pode ser conhecido objetivamente, mas pode apenas ser pensado como condição (inteligível) da ação moral, isto é, de atos livres que emanam de decisões. Fica assim resguardada a esfera da ética como o campo da liberdade contraposta à esfera da teoria, campo da necessidade.

Kant está respeitando aqui a concepção tradicional segundo a qual a moralidade só faz sentido a partir da liberdade. Para isso ele separa, de maneira análoga a Aristóteles, o conjunto de práticas humanas definidas como ações morais efeti-

vadas por sujeitos morais, que decidem livremente o curso de suas ações, visto que, como primeiras causas livres, não são determinados por qualquer condição. Essa liberdade é designada por Kant como *autonomia*, expressão que serve para definir a total ausência de determinação. A decisão, e o ato que a segue, só possuem estatuto moral se estiverem completamente isentos de qualquer determinação. Isso significa que não pode haver causa, critério, motivação ou finalidade precedendo o ato moral. Não pode haver qualquer conteúdo ao qual se possa ligar o ato moral; ele se define apenas pela sua pura forma racional, isto é, universal.

III

E talvez seja através da questão da universalidade que se possa estabelecer uma primeira comparação entre Spinoza e Kant no sentido de relacionar os perfis das duas concepções éticas. Em Spinoza temos a necessidade universal como determinação completa da totalidade definida como substância única — Deus. Em Kant temos a afirmação da necessidade não mais como categoria metafísica ligada à totalidade do real, mas sim como condição de conhecimento teórico da articulação entre os fenômenos. Essa condição lógica e epistemológica da necessidade permite que ela não esteja presente no campo prático ou nas escolhas de ações do sujeito moral. Ao mesmo tempo, no entanto, Kant afirma a universalidade formal do ato moral a partir de sua total indeterminação. Em Spinoza a afirmação de uma universalidade real se faz sem a separação entre forma e conteúdo; em Kant a universalidade, vista apenas como forma, está presente na objetividade do conhecimento e no caráter racional do ato moral.

Em Spinoza parece que não se pode falar de decisão, de liberdade e de indeterminação como predicados éticos; em Kant podemos atribuir tais predicados ao sujeito moral, mas unicamente na condição formal: a decisão livre seria totalmente indeterminada e só pode ser apreendida como moral pela sua forma. Nesse sentido as duas concepções éticas apresentam uma dificuldade, talvez insuperável, quando se trata com *situações* morais, ou mesmo com qualquer experiência concreta de escolha. Pois teríamos que nos haver, nesses casos, com a superação de duas diferenças: em Spinoza, a relação entre necessidade universal e situação particular; em Kant, a relação entre universalidade formal e situação particular. Assim, em ambos se pode observar o problema da autonomia: ou a falta dela em Spinoza ou a dificuldade extrema de sua realização efetiva na prática moral, em Kant.

Ora, a bioética, como todas as éticas aplicadas, refere-se sempre a situações particulares, e mesmo a casos singulares. Mesmo que possamos falar em princípios da bioética, o sentido da generalidade desses princípios está vinculado às situações particulares que eles presumivelmente ajudariam a esclarecer. Pode-se dizer que a bioética tem sua origem na falência dos grandes princípios éticos, que é a própria falência da universalidade. Nesse sentido, totalidade ontológica e totalidade formal estão ambas excluídas das éticas aplicadas a situações configuradas em conflitos humanos concretos. Como já não cremos mais na possibilidade de vincular tais conflitos — ou tais situações — a uma totalidade da qual procederiam por via de uma ordem determinada, e como também já não nos parece possível vincular rigorosamente a experiência concreta em termos

morais à universalidade formal, dificilmente se poderia imaginar Spinoza ou Kant no contexto de contradições e aporias que eles não podiam suportar. Assim, como pensar, em termos de situação moral singular, a validade universal do critério ou o exercício pleno da autonomia racional?

Entretanto, talvez seja possível “humanizar” um pouco, nos dois autores, esse caráter sistemático e formal da ética. Talvez uma saída possível fosse recorrer a uma máxima kantiana de caráter geral, mas relativa ao universo prático e intersubjetivo: *considerar o ser humano sempre como um fim, nunca como um meio*. Princípio ético geral, mas susceptível de constituir uma orientação para a conduta ética em situações singulares. Mas antes de considerarmos essa máxima como um fator de vantagem para um eventual Kant bioeticista ou algum bioeticista kantiano, devemos lembrar o que diz Spinoza acerca da relação entre indivíduo, sociedade e Estado: há princípios de tal forma inalienáveis no ser humano que *ignorá-los ou desrespeitá-los significaria deixar de considerar os homens como humanos*. Princípio igualmente geral, mas também igualmente apropriado a uma orientação da conduta ética. Essas duas afirmações talvez sejam aquelas que mais aproximem as éticas de Spinoza e de Kant das situações concretas que porventura ocorram na experiência humana. Mas ainda assim soam demasiadamente gerais e abstratas diante da gravidade dos conflitos concretos que temos de enfrentar na vida contemporânea.

Como se pode notar, a questão principal parece ser relativa à possibilidade de considerar a *singularidade*: das situações, dos indivíduos, dos acontecimentos. Assim como não é possível incluir a diversidade concreta no sistema metafísico ou na estrutura formal, assim também não é possível codificar essa diversidade. As decisões éticas parecem então condenadas a conviver com o que a tradição filosófica chamou de conhecimento vago e não-sistemático. O que pode ser o preço da liberdade de escolha.

Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
Docente do Curso de Mestrado em Bioética do
Centro Universitário São Camilo

RESPOSTA A IMMANUEL E BENEDITO?

Em um recanto, 06 de maio de 2006

Prezados Senhores,

Nós, psicólogas, discípulas de Freud, como disseram nossos estimados Immanuel e Benedito, queremos defender e explicar porque tudo ele, Freud, explica. Pois Freud, nosso grande inspirador e incentivador, foi buscar todos seus conhecimentos na herança aristotélica, colega seu, de seu tempo.

Toda a busca da ordem do conhecimento — efeito / causa / efeito / causa..., indução / dedução... — está na elaboração do pensamento. E para sermos felizes vamos construindo nossa vida, explicando todos estes significados e significantes. E claro, foi nosso caro amigo e professor, inspirador, incentivador “e etc e tal”, Freud, que nos ajudou a elaborar e discernir os nossos dilemas éticos, a cada dia de nossa vida. Assim justificamos a “culpa” toda cair sobre a “explicação” do Freud.

Saudações,

Débora Azenha,
Psicóloga

IMMANUEL E BENEDITO: GENEROSIDADE OU NARCISISMO?

Srs. Samuel e Benedito,

Num primeiro momento consideramos que ambos seriam ótimos bioeticistas, por razões que os senhores mesmo descreveram.

Mas, pensamos melhor, e passamos a ter algumas dúvidas.

Pois se em seus discursos tivessem atribuído um ao outro suas características bioéticas, teriam feito o exercício da generosidade, no entanto discursaram em causa própria.

Por este contraponto entre generosidade e narcisismo, consideramos que ambos poderiam repensar suas reflexões bioéticas.

Sem mais,

Solimar Ferrari e Vanessa de Souza Brick

*Alunas da turma 3A do Curso de Mestrado em Bioética
do Centro Universitário São Camilo*

RESPOSTA A BENEDITO E IMMANUEL

Como tantos outros filósofos, a contribuição de Kant e Spinoza para o pensar bioético é enorme. O viés kantiano afirma como imperativos categóricos os nossos deveres e obrigações, ao afirmar, em sua *Fundamentação da metafísica dos costumes*: “Age apenas segundo aquela máxima que possas ao mesmo tempo desejar que se torne lei universal”, brindando assim o caráter universalista do pensar bioético, o trato de si mesmo e do outro como um fim e nunca apenas como meio.

O princípio bioético da autonomia é bem sedimentado em Kant pelos “valores intrínsecos”, isto é, pela dignidade, porquanto, na condição de “agentes racionais”, (agentes livres), os homens são capazes de tomar suas próprias decisões, orientados que são pelos sentidos do dever, incluindo o dever estrito da beneficência e da não-maleficência.

Por outro lado, Spinoza dispõe em sua “Ética” sobre o entendimento como recurso para a segurança da liberdade, em particular no que diz respeito ao pensar pelo senso comum. Muito mais euclidianos que Kant, Spinoza dará ênfase ao drama de que em muitas situações o homem enfrenta a impossibilidade de se autodeterminar, porquanto causa e substância de Deus.

A despeito da distância temporal e histórica que nos separa desses dois pensadores, suas filosofias podem ser consideradas basilares para a bioética moderna, haja vista a afirmação de Spinoza de que não haveria nada em que se devesse pensar menos do que na morte, tema que a bioética moderna discute à exaustão. Esta “inversão teológica” se justifica em Spinoza por este não perder a dimensão significativa e transcendente que a morte tem, por conter esta essência divina.

Já em Kant, a morte tem relação com princípios objetivos, da lei prática, sendo a ação (sobre a morte) tratada como um imperativo categórico, do dever ligado a ação. A destruição da vida vai contra o princípio de a conservar (princípio maior ligado à natureza) e é sob este prisma, o dos imperativos categóricos, que se mostra a norma moral: a morte é um dever a ser que a razão define objetivamente. A vontade para Kant pertence à razão prática, em que a complexidade dos termos da bioética vai circular, e em que a faculdade de escolher é fruto da razão e da faculdade de se determinar pela representação das leis.

*Elizete Sampaio Araújo; Fúlvia Rodrigues de Souza
Maria Paola Mattion Badin; Fábio Tofoli Jorge
Alunas da turma 3A do Curso de Mestrado em Bioética
do Centro Universitário São Camilo*

RESPOSTA A IMMANUEL E BENEDITO

Ilha da fantasia, 6 de maio de 2006.

Prezados Senhores,

Muitos males da nossa época resultam de que não gastamos tempo em estar conosco mesmos, com os outros homens e com a natureza. À custa de não analisarmos com profundidade essa forma de pensar, à custa de sermos superficiais e frívolos, à custa de omitirmos aquilo que devíamos ter feito, deixamos que idéias monstruosas viessem à tona.

Os homens possuem a capacidade de pensar, mas não têm tempo de exercitar o pensamento. Poderiam pesar com sossego no seu coração as palavras, os gestos e os acontecimentos: crescer por dentro. Mas falta-lhes tempo. Seriam capazes de trocar sorrisos e de se ajudar, de fazer amigos, mas se dedicam a outras coisas.

Pois bem, tivemos um confronto entre dois “irmãos” filósofos de grande peso e criamos uma expectativa de que um deles seria um ótimo bioeticista.

Em Kant encontramos as regras, as categorias pelas quais unificamos os fenômenos esparsos na experiência, que são exigências *a priori* do nosso espírito. Kant diz que os fenômenos, eles próprios, são dados *a posteriori*, mas o espírito possui, através de toda experiência concreta, uma exigência de unificação dos fenômenos entre si, uma exigência de explicação por meio de causas e efeitos. E conclui que essas categorias são necessárias e universais.

Já Spinoza assume ao mesmo tempo uma postura idealizadora e a forte convicção de que a solução desse problema não é possível senão intelectualmente, por intermédio do conhecimento e da contemplação filosófica da realidade.

Talvez nossos amigos quisessem transmitir a nós que o homem não é atualmente de nenhum lugar. Não tem ligação com a Terra. Não vive com os outros. Cria e quebra laços com facilidade por lhes faltar conteúdo.

É superficial em tudo. É uma peça dentro de uma engrenagem que não é humana. Não tem o seu reino. Antes, é forçado a buscar emprego como quem pede esmola. Será substituído ou eliminado — como agora pretendem com a eutanásia — assim que deixar de ser produtivo.

Esvaziou-se. E ao esvaziar-se perdeu o sentido de todas as coisas. Transformou o Natal em festa da família, e a família em antro de egoísmos. Do amor guardou apenas o prazer, desconhecendo agora que coisa seja amar. E por ter perdido o amor olha baralhado para si mesmo e pergunta pelo sentido da vida.

É difícil constatar, pela vida de Kant e Spinoza, que não tenhamos uma subjetividade do rigor da vida e ao mesmo tempo uma nobreza de caráter em seus estudos e análises diante das questões humanas.

Não podemos mudar tudo de um dia para o outro, mas há passos que podemos dar. Podemos cortar naquilo que no trabalho é exagerado, prescindir de certas comodidades (depressa compreenderemos que não nos eram necessárias), forçar-nos a tempos de sossego conosco mesmos, com os que amamos, com a natureza. Calar a televisão. Podemos descobrir o silêncio e tudo o que ele tem para nos dar. Podemos ler. E dar um passeio só com o objetivo de passear — embora nas primeiras vezes nos sintamos a gastar tempo inutilmente.

E podemos experimentar a sério ouvir os outros (nossos irmãos filósofos).

Ouvi-los mesmo, com interesse verdadeiro em saber o que eles possuem em comum. Em cada palavra ou discussão havia a importância de um monumento.

Temos deveres para conosco (também fazemos parte da natureza que devemos respeitar). Existe um amor próprio que é legítimo e bom. É uma deformação pensar que o que nos apetece ou nos agrada é, por isso mesmo, mau — ou, pelo menos, suspeito.

Os bens primários (comida, segurança...) nos atraem porque precisamos deles. Não é mau sentir atração por eles, seria mau deixar-se levar por essa atração sem ordem. O desejo é apenas um indício: os bens convertem-se em deveres quando passam pelo juízo da consciência.

Por outro lado, seguir a voz dos deveres, é um bem.

Se o que caracteriza o homem, o que lhe dá dignidade e o distingue dos animais, é escutar a voz dos deveres, o homem é tanto mais digno e maduro, quanto mais sentido tem do dever.

Para vivermos moralmente, ouvindo a voz dos deveres, precisamos de muita força. E parte dessa força nasce da convicção profunda de que esse modo de viver é bom e belo. A vida moral atinge uma grande altura quando esta maneira de viver é firmemente desejada como um bem. É então que se combinam plenamente a voz dos deveres e a voz dos bens. É preciso, educar os sentimentos, acostamá-los a amar os deveres.

Isso se obtém muitas vezes começando por cumprir o dever sem sentir nada ou mesmo sentindo relutância. O costume de vencer e de fazer o que se deve, com ou sem sentimentos, educa-os e torna-os mais ágeis para seguir a determinação da vontade.

Quando tomamos decisões muito firmes, arrastamos os nossos sentimentos, e quando o repetimos, criamos gosto nisso, sentindo orgulho por termos cumprido o dever. O mesmo acontece quando consideramos como é bonito viver assim: os sentimentos movem-se quando se descobre no dever o seu aspecto de beleza.

Os sentimentos educados sustentam a vida moral, dão-lhe estabilidade e consistência, e um modo de educá-los é mostrar a beleza da conduta reta e a fealdade da conduta desleal.

O juízo da consciência

Seguindo a linha de pensamento de Spinoza, a inteligência tem de estabelecer condições à voz do desejo. Tem de determinar quando, como e em que medida deve ser atendida; tem de conjugar a voz dos bens e dos deveres. Mas há muitos bens que desejamos e muitos deveres a cumprir, e nós somos limitados, nas nossas forças, no nosso tempo etc. Por isso é necessário pôr medida e fixar uma ordem de prioridades. Afinal, muitos bens só são bens quando queridos com medida e não podemos fazer tudo ao mesmo tempo.

A avaliação entre o aparente conflito de bens e deveres é algo que fazemos espontaneamente. A nossa consciência avalia a prioridade e a medida oportunas.

A consciência não é a decisão de como devemos agir: a decisão vem depois e consiste em seguir ou não o juízo da consciência. A consciência não é a decisão da vontade, mas o perceber com a inteligência. E não julga o que é que mais gostamos, mas o que devemos fazer.

É próprio do homem ético guiar-se pela voz da sua consciência. Para Kant, o juízo da consciência é pronunciado antes de agirmos, mas repete-se também depois, quando podemos avaliar se seguimos ou não a voz da consciência.

Quando se atua contra a consciência, ataca-se a parte mais íntima e delicada do homem: esse delicado sistema que nos torna livres. Deixa um rastro de mal-estar, a que chamamos “remorso”. Se nos acostumamos a agir contra a consciência, esta deteriora-se: perdemos a luz que nos permite ser livres, ficando à mercê das forças irracionais dos instintos ou da pressão exterior.

Por isso a necessidade de um princípio categórico.

A consciência é uma função natural e espontânea da inteligência. Quando se começa a conhecer o mundo com a inteligência, começa-se a perceber os deveres e começam as avaliações sobre o modo de agir. Costuma-se considerar que a responsabilidade começa com o uso da razão.

E para finalizar esta carta, diríamos que a consciência é delicadamente pessoal: cada qual deve descobrir pessoalmente o modo correto de agir em cada momento.

Não se deve obrigar ninguém a agir de modo contrário à sua consciência. Mas isso não quer dizer que todas as decisões tomadas em consciência sejam corretas, ou que todas as opiniões tenham o mesmo valor. Mesmo com muito boa vontade, todos podemos errar, por falta de conhecimentos, ou por não quereremos equacionar bem as coisas. De qualquer forma podem ver com mais objetividade e explicar-nos onde erramos. O que não podem é obrigar-nos a vê-lo. Deve respeitar-se a liberdade das consciências, respeitar o processo pelo qual cada um chega a ver o que deve fazer.

Mas se a intimidade da consciência é inviolável, o agir externo, não. Podemos e devemos intervir, por exemplo, para impedir que uma pessoa cometa um assassinato. A consciência não depende de gostos ou decisões pessoais, pois é uma captação da realidade. Pode portanto ser racionalizada, pois podemos explicar abstratamente o que está certo ou está errado, independentemente do modo como cada um pensa.

As ações em concreto são difíceis de serem julgadas pela sua complexidade, que nem sempre são avaliáveis desde fora. Kant e Spinoza viveram em outros tempos. Muitos dos dilemas que o homem moderno enfrenta como consequência das situações que ele mesmo criou sequer foram imaginados pelos dois filósofos.

Talvez, não possamos julgar adequadamente as intenções dos outros, mas sempre poderemos medir as consequências de seus atos. Cada decisão envolve uma escolha e a liberdade para decidir implica também na responsabilidade frente aos resultados. Talvez não bastem a consciência de Spinoza e nem tampouco o dever de Kant. É preciso que as tomadas de decisão envolvam também a questão da responsabilidade e da justiça perante cada situação.

A verdadeira justiça talvez seja inacessível, esteja no mundo das idéias. O fato de algo ser aparentemente inacessível, não nos impede de continuar tentando construir um mundo mais digno e justo para todos. Sendo assim, Kant e Spinoza podem não ter encontrado a solução bioética para todas as coisas, mas com certeza deixaram importantes lições que contribuirão para o aprofundamento das reflexões.

Saudações,

Cordiais saudações,

Habitantes de uma ilha distante...

Marli Luiza Vilela Lustosa

Márcia Rodriguez Vázquez Pauferro

Alunas da turma 3A do Curso de Mestrado em Bioética do Centro Universitário São Camilo